

anulação do concurso do Senado

dados conseguem a realização de outros exames para 38 vagas de taquígrafos

CIDADE

Pedida

Na Câmara, os candi-

A primeira Secretaria do Senado não vai tomar qualquer providência diante da avalanche de reclamações contra irregularidades denunciadas por centenas de candidatos que fizeram, dia 2 último, em vários locais de Brasília, as provas de Português e Conhecimentos Gerais do concurso público para datilógrafo, destinado a preencher vagas naquela casa do Congresso. "As reclamações não são procedentes e já eram esperadas", disse Joel Bentim, subchefe de gabinete daquela Secretaria.

Desde a última segunda-feira, o telefone da primeira Secretaria do Senado, responsável pelo concurso dos datilógrafos e contadores, não pára de receber chamadas de candidatos com inúmeras reclamações contra irregularidades que teriam ocorrido durante os exames de Português e Conhecimentos Gerais, realizados no último dia 2 em vários locais de Brasília.

— Eles reclamam de tudo. Desde que viram outros candidatos colando, até que não puderam fazer um bom exame por causa de dores nas costas provocadas pelas carteiras e assento de concreto do Ginásio de Esportes, afirmou, com um ar de cansaço provocado pelo atendimento dos reclamantes, Joel Bentim, subchefe do gabinete da 1ª Secretaria do Senado.

Segundo Bentim, as reclamações não são procedentes, já que não teria acontecido nenhuma irregularidade durante a aplicação das provas para mais de 20 mil candidatos.

O funcionário do Senado disse que as reclamações eram esperadas pelos organizadores do concurso. Na minha longa carreira aqui dentro, nunca vi um concurso sem reclamação. Só que agora elas estão maiores porque esse concurso é o maior que o Senado já realizou em toda a sua história", disse Bentim.

Bentim informou, também, que não haverá nenhuma anulação e que as provas estão sendo corrigidas com muita tranquilidade pelo Prodases. Segundo o funcionário, os resultados deverão ser divulgados em 10 ou 15 dias, com a convocação dos 1500 candidatos melhores colocados na área de datilografia, e de 60 na de contador, para a realização da segunda e última etapa dos exames, a de conhecimentos específicos. Bentim prevê que as provas finais acontecerão no final deste mês.

CONCORRÊNCIA

A concorrência para este segunda etapa é enorme, apesar de muitos candidatos terem desistido de enfrentar os exames da primeira fase do concurso. Bentim informa que quase 29 mil pessoas se inscreveram no concurso para os cargos da datilógrafos (150 vagas), mas que apenas cerca de 21 mil compareceram no dia 2 aos locais de exame. A desistência na área de contador também foi grande, dos 456 inscritos para 6 vagas oferecidas, apenas 338 foram fazer os exames de Português e Conhecimentos Gerais.

Outro concurso que vem criando problemas é o da

Câmara, para o preenchimento de 28 vagas na função de taquígrafo parlamentar. Ao todo, são 150 candidatos que estão correndo às vagas e que, ontem, tiveram uma surpresa ao saberem que a prova de registro taquigráfico, realizada no último dia 25 de novembro, foi anulada tendo sido convocado novo exame, para o próximo dia 8, às 8 horas, no Plenário da Câmara.

Adeimir Sabino, diretor-geral da Câmara e responsável pela realização do concurso, informou que a anulação dos exames do dia 25 ocorreu em função de reclamações de candidatos. Sabino explica que o regulamento do concurso previa que o material do exame taquigráfico deveria ser dado pela Câmara, mas podendo também ser levado ao local da prova pelos candidatos.

No primeiro exame, realizado no dia 24 de novembro, o regulamento foi respeitado, com a maior parte dos candidatos levando seu lápis e bloco de anotações. Mas, nas provas do dia seguinte, o material foi recolhido pelos fiscais da Câmara, por ter sido descoberto que o bloco de um dos candidatos continha anotações taquigráficas.

Foi por causa desse recolhimento, irregular, segundo o regulamento, que os candidatos formalizaram um protesto à diretoria-geral, que achou por bem anular as provas antes de corrigi-las. Sabino reconheceu a razão dos reclamantes depois que pediu um parecer jurídico e técnico de sua assessoria.